

Linguagem, cognição e perspectivas

Christiano P. de Almeida¹

RESUMO: Este artigo tem por objetivo apresentar algumas das diferentes formas com que perspectivas diversas abordam o problema da linguagem, suas origens e relações com a cognição. Para isto, fizemos um breve esboço de alguns problemas que se colocam para a lingüística e de seus tratamentos por diferentes correntes teóricas.

Palavras-chave: Linguagem; Cognição; Origens.

Introdução

Tratar das origens da cognição humana sempre foi um empreendimento bastante arriscado e desafiador. Seja na história do pensamento ocidental ou não, as escolas que predominaram em determinados períodos de tempo sempre se preocuparam, direta ou indiretamente, com questões relacionadas às origens do “saber” humano.

Diretamente associada a este saber, a linguagem nunca deixou de incomodar pensadores e teóricos que se envolveram com questões relacionadas às bases do conhecimento humano. Assim, nas diversas escolas de pensamento, a linguagem ocupou, de alguma forma, um lugar importante e sempre conflituoso.

Neste artigo, vamos mostrar como diferentes perspectivas abordaram o problema da linguagem, suas origens e seus possíveis processos de realização.

1. A gênese

Embora a questão da linguagem atrelada ao pensamento/cognição nos remeta aos questionamentos de filósofos gregos como Platão e Aristóteles, por um longo período na história da lingüística esta preocupação com as bases cognitivas da linguagem foi deixada de lado por escolas que enfatizaram a descrição das línguas e suas particularidades.

Como um marco inicial da história da lingüística enquanto uma ciência autônoma, é publicado, em 1916, o *Curso de Lingüística Geral* de Ferdinand Saussure. Nesta obra póstuma, Saussure propõe uma dicotomia que se tornaria essencial para o desenvolvimento da ciência da linguagem: a oposição entre *Langue* e *Parole*. “Embora *Langue* signifique “língua” em geral, como termo técnico saussuriano fica mais bem traduzido por “sistema lingüístico”, e designa a totalidade de regularidades e padrões de formação que subjazem aos enunciados de uma língua. O termo *parole*, que pode ser traduzido por “comportamento lingüístico”, designa os enunciados reais.” (WEDWOOD, 1995, p.127). Ao propor a “*Langue*”, Saussure abre caminho para um empreendimento que dominaria a pesquisa lingüística a partir da década de 50, o gerativismo.

Com a publicação do *Curso de Lingüística Geral*, Saussure inaugura a escola de pensamento que ficaria conhecida como *Estruturalismo Europeu*, que tinha, resumidamente, como idéias centrais os princípios da estrutura e o da autonomia. Pelo princípio da estrutura podemos entender que “os elementos que compõem uma língua só podem ser propriamente caracterizados a partir da organização global em que se integram” (BORGES NETO, 2004, p.101) e pelo da autonomia, “que a organização interna de uma

¹ Aluno do Mestrado em Lingüística da UFJF.

língua qualquer – sua estrutura ou seu sistema – é um dado original e não pode ser obtida a partir de outra ordem de fatos externos, que lhe são estranhos” (BORGES NETO, 2004, p.102).

Embora seja classificado igualmente como uma abordagem estruturalista, o “estruturalismo” norte americano parte de princípios bastante divergentes dos defendidos pelo pensamento de Saussure². Nesta abordagem, uma determinada língua era tratada como um sistema mais ou menos coerente e integrado e, portanto, existiria uma incomparabilidade estrutural de línguas individuais, uma vez que estas apresentariam fenômenos característicos e próprios.

Fortemente influenciado pelo pensamento positivista, o estruturalismo norte americano se preocupava essencialmente com a descrição das línguas indígenas norte americanas. Como a “catalogação” de uma infinidade de línguas não contribuiria muito para o nascimento de uma teoria geral sobre a linguagem, pesquisas e questionamentos continuavam instigando os pensadores da época.

Em 1957, Noam Chomsky publica “Syntactic Structures”, em que propõe o que denominou de *gramática gerativa*. Ao invés de primar pelas diferenças existentes entre as diversas línguas, Chomsky optou pelas “regularidades” subjacentes a estas. Para isto, postulou os conceitos de *Competência* e *Desempenho* lingüístico. A competência seria o conhecimento que o falante tem das regras de sua língua e o desempenho a realização ou uso que o falante faz de sua língua. Portanto, para Chomsky, o objeto da lingüística deveria ser a competência lingüística e não o desempenho.

2. A faculdade da linguagem

Quando propôs a gramática gerativa, Chomsky precisou elaborar um modelo teórico consistente e que fosse capaz de justificar sua opção por uma abordagem mentalista e, portanto, voltada para as regras que regiam a então “competência lingüística”. Faz-se aqui necessária a caracterização do sujeito portador da mente e seus mecanismos relacionados à linguagem: diferentemente dos primatas e outros animais, o homem possuiria uma habilidade ímpar, a faculdade da linguagem. Esta seria responsável pela capacidade humana de criação de um sistema aberto de linguagem, capaz de gerar infinitas novas sentenças e interpretações para elas. Esta faculdade seria oriunda do que Darwin denominou “seleção natural”. Em algum ponto da história da evolução de nossa espécie, nossos antecedentes teriam desenvolvido a faculdade da linguagem e os que estavam equipados com este novo aparato estariam mais aptos a perpetuar seus genes.

Esta faculdade pode ser caracterizada como um módulo mental responsável estritamente pelo processamento lingüístico (nesta abordagem, estritamente sintático). Ao propor tal conceito, Chomsky pretendia explicar como que, em um período relativamente curto de tempo de exposição a uma determinada língua, uma criança seria capaz de internalizar as complexas regras que compõem sua gramática. Tal questão é conhecida como o “argumento da pobreza de estímulo”, pois, com uma porção baixa e, muitas vezes, truncada de estímulos lingüísticos, a criança consegue extrair a quantidade necessária de informação para se tornar um falante completo. Segundo esta perspectiva, ao nascer, a criança portaria um módulo específico para a aquisição da linguagem e este conteria os princípios gramaticais de todas as línguas. Ao ser “exposta” a uma determinada

² Para um debate mais aprofundado sobre as diferentes formas de estruturalismo, consultar Borges Neto (2004).

comunidade lingüística, ela ativaria os princípios necessários para a aquisição daquela língua e estes princípios seriam cristalizados em detrimento dos outros, que, com o passar do tempo, seriam “desativados” pela criança. A este conjunto de protoconhecimento lingüístico Chomsky deu o nome de Gramática Universal (GU). “Chomsky adota uma postura inatista na consideração do processo por meio do qual o ser humano adquire a linguagem. A linguagem, específica da espécie, dotação genética e não um conjunto de comportamentos verbais, seria adquirida como resultado do desencadear de um dispositivo inato, inscrito na mente.” (SCARPA, 2001, p. 206).

Ao assumir esta postura inatista, Chomsky traz à tona um antigo problema filosófico, o da dualidade entre mente e corpo, questão levantada pelo filósofo René Descartes ainda no século XVII: “...mente e corpo são duas entidades distintas. Não há semelhança qualitativa entre o corpo (o mundo material ou físico) e a mente (o mundo mental). A matéria, a substância material do corpo, tem extensão (ela ocupa espaço) e opera de acordo com princípios mecânicos. A mente, contudo, é livre, não tem extensão nem substância”. (SCHULTZ & SCHULTZ, 1992, p. 41).

Atribuindo este papel central ao processo mental de aquisição da linguagem, a aprendizagem do sujeito pode ser caracterizada como uma interação e um subsequente julgamento que põe em contado os “inputs” e dados disponíveis no meio lingüístico e as predisposições gramaticais contidas na GU.

“Esse estado inicial tem sido chamado de Gramática Universal e é entendido como um conjunto de princípios lingüísticos determinados geneticamente. Hoje em dia, admite-se que a Gramática Universal é constituída de dois tipos de princípios. Alguns deles são rígidos e invariáveis, enquanto outros são abertos. Esses princípios abertos são chamados de parâmetros, e seu valor só é fixado ao longo do processo de aquisição, com base na informação Lingüística à qual a criança é exposta. Portanto, adquirir o conhecimento de uma língua consiste, fundamentalmente, em atribuir os valores estabelecidos por essa determinada língua aos parâmetros da Gramática Universal” (NEGRÃO, SCHER, VIOTTI, 2002, p. 97).

Todo este processo de aquisição e conseqüente desenvolvimento da linguagem é postulado considerando-se um falante-ouvinte ideal, “dentro de uma comunidade de fala completamente homogênea, o qual conhece a sua língua perfeitamente e que não é afetado por circunstâncias gramaticalmente irrelevantes tais como limitações de memória, distrações, mudanças de atenção ou interesse, e erros (de acaso ou característicos) ao aplicar o seu conhecimento da língua no desempenho efetivo” (CHOMSKY, 1965, p. 229).

É importante ressaltarmos aqui que esta referência à mente se relaciona estritamente aos estados conscientes dos processos mentais, não fazendo, em nenhum momento, algum tipo de referência a supostos processos inconscientes³. Se observarmos as proposições a seguir, poderemos notar a importância que é dada à sintaxe neste modelo.

“Os componentes fonológico e semântico são ambos, portanto, puramente interpretativos. Cada um deles utiliza informação fornecida pelo

³ Recentemente tem aparecido na literatura o termo *Inconsciente Cognitivo* que se refere, basicamente, às operações mais básicas do aparato cognitivo e, portanto, não acessíveis à experiência humana. Para um maior detalhamento, consultar Froufe (1997).

componente sintático relativa a formativos, suas propriedades inerentes, e inter-relações dentro de uma sentença dada. Conseqüentemente, o componente sintático de uma gramática deve especificar, para cada sentença, uma *estrutura profunda* que determina a sua interpretação semântica e uma *estrutura de superfície* que determina a sua interpretação fonética.” (CHOMSKY, 1965, p. 242).

Desta forma, o sujeito em contato com a língua julgaria os valores de verdade das sentenças.

3. Reformulação do programa gerativista – o minimalismo

Quando propôs seu modelo teórico, na década de 50, Chomsky revolucionou os rumos da lingüística. Ao postular a existência de um módulo específico para a linguagem e que este “trabalharia” de forma independente dos demais módulos, ele, de certa forma, sugere que a lingüística deveria se estabelecer como uma ciência autônoma das demais ciências cognitivas e que a sintaxe seria o grande foco da ciência da linguagem, podendo “ser examinada independentemente de outros aspectos da língua” (GARDNER, 1995, p.199). Essas propostas, no mínimo inquietantes para a época, geraram muita polêmica dentro da comunidade intelectual, o que rendeu uma série de críticas e questionamentos à lingüística de Chomsky. Um dos principais alvos de controvérsia e ataque foi a importância dada a um processamento sintático independente dos outros módulos cognitivos. Com o passar do tempo, Chomsky reelaborou suas propostas, culminando no atual “minimalismo”.

Numa recente revisão da teoria gerativista, a faculdade da linguagem, conforme definida por Hauser, M., Chomsky, N. & Fitch, W.T. no texto “The Faculty of language: what is it, who has it, and how did it evolve?”, seria um componente interno da mente que poderia ser dividida em duas “partes”, FLB e FLN.

A FLB é definida como sendo a faculdade da linguagem no sentido amplo. Ela seria a responsável pela comunicação da faculdade da linguagem no sentido estrito (FLN) com os sistemas cognitivos (sensório-motor e conceptual-intencional).

A FLN, faculdade da linguagem no sentido estrito, seria o sistema computacional lingüístico abstrato independente dos outros sistemas cognitivos e geraria as representações internas, mapeando-as para o sistema sensório motor pela interface com o sistema fonológico, estando relacionada estritamente com a sintaxe.

A FLB não seria encontrada somente na espécie humana, mas estaria presente em outros animais, como alguns macacos, por exemplo.

Estudos com chimpanzés demonstraram que estes são capazes de emitir diferentes sons em algumas situações específicas como presença de um predador ou localização de comida. Esses sons seriam entendidos pelos semelhantes que fariam parte do mesmo grupo.

Em outros estudos, descobriu-se que macacos podem ter uma possível “teoria da mente”, possuindo alguns conceitos abstratos como noção de quantidade, uso de ferramentas e representação geométrica. Isso indica que seria possível se pensar em um sistema conceptual-intencional em alguns animais não humanos.

Em contrapartida, quando analisamos estes dados com maior cuidado, podemos fazer algumas observações de grande relevância para o estudo da linguagem: mesmo sendo capazes de emitir sons que comunicam aos seus semelhantes a presença de comida ou de predadores, os chimpanzés não criam estes sons, mas os adaptam às situações em questão, ou seja, eles já os emitem desde que nascem. Uma outra observação importante é que cada

som destes está relacionado a uma situação específica, designando cada um uma única situação, não havendo, portanto, a criação de novos sons e nem a relação destes com situações novas.

Experimentos com chimpanzés demonstraram que eles são capazes de associar a noção de quantidade com numerais apresentados por seus treinadores. Neste estudo, laranjas foram colocadas em caixas e o chimpanzé deveria pegar um cartão com o número correspondente à soma destas laranjas. Após anos de treinamento os macacos conseguiam cumprir a tarefa. Mas deve-se fazer uma ressalva quanto a esses dados: estes chimpanzés aprendiam os números um de cada vez e gastavam o mesmo tempo para todos os números, ou seja, o esforço era sempre o mesmo, o que indica que a idéia de seqüência e continuidade de raciocínio não ocorre como no caso dos humanos.

Estes dados nos levam a perceber a ausência da capacidade de generalizações, abstração e geração de novas expressões e conceitos em não-humanos. Uma vez cientes disto, não podemos postular a existência de uma faculdade da linguagem no termo estrito (FLN) em outros animais senão no homem.

Um sistema computacional responsável pela geração de uma língua deveria ser capaz de construir uma infinidade de expressões a partir de um número limitado de recursos finitos do sistema conceptual-intencional, o que não ocorre em não humanos. O motivo pelo qual esta faculdade da linguagem no sentido estrito deve ser entendida como exclusiva da espécie humana pode ser explicado pela teoria da evolução e a seleção natural

Desta forma, a perspectiva gerativista apresenta um novo modelo para a questão do desenvolvimento da linguagem nos animais, postulando uma nova abordagem embasada na comparação entre diferentes espécies e buscando o apoio de vários campos do conhecimento como a antropologia, a biologia e psicologia cognitiva, o que tem acrescentado grandes avanços para o estudo da linguagem no meio científico.

4. Idéias verdes incolores e suas correspondências no mundo físico

Ao defender a existência de áreas de interface com o módulo especificamente lingüístico, Chomsky, de certa forma, abre concessão a uma hipótese de interação dos módulos mentais, mas, no que diz respeito ao processamento lingüístico, ele continua defendendo uma autonomia da sintaxe.

Se existe esta independência do processamento sintático e este responde aos processos fundamentais de geração da linguagem, não é errado pensarmos em um falante/ouvinte fundamentalmente racional, que percebe o mundo em que vive por meio da razão, o “falante ideal” que, com seus dotes inatos, verifica as possibilidades de realização da linguagem, processando *inputs* e verificando suas condições de verdade em um mundo externo objetivo. Estas colocações nos remetem ao debate entre os pontos de vista “Objetivista” e “Experiencialista”.

O termo objetivismo pode ser caracterizado, de uma forma bastante simplificada, como um conjunto de doutrinas acerca da realidade que postulam que o mundo real possui estrutura completa, correta e única.

A perspectiva experiencialista encara a experiência como resultado de estruturas cognitivas e sensorio-motoras corporificadas que geram significado através de interações permanentes em ambientes em constante mudança. A experiência é sempre um processo *iterativo*, envolvendo tanto restrições fisiológicas e neurais do organismo quanto ganhos característicos do ambiente. “O significado não provém, portanto, apenas de estruturas

“internas” ao organismo, e nem tampouco de estruturas “externas”, mas sim de padrões recorrentes de interação entre organismo e ambiente” (FERRARI, 2001, p. 25).

Esse argumento experiencialista é a base do que se denomina “Linguística Cognitiva”. Nesta abordagem, o dualismo cartesiano entre corpo e mente é deixado de lado para dar lugar à “mente corporificada”. Assim, não se pensa mais em um falante/ouvinte ideal, desencarnado, mas em um sujeito que experencia o mundo através dos aparatos cognitivos e corporais, estando sujeito às limitações deste aparato.

Se pensarmos nesta proposta, isolar o processamento lingüístico das demais habilidades cognitivas é inviável, pois o que temos aqui é a relação estrita entre a imaginação, integração de domínios conceptuais e perspectivização de situações observadas pelo sujeito que interage com seu meio. Uma implicação ainda mais desafiadora do experiencialismo é a de que a verdade não pode ser encarada como uma só, estando sujeita ao julgamento de valores e perspectivização do observador/experienciador em contato com o mundo externo.

A questão da verdade como sendo uma só nos é trazida com a análise do pensamento de Platão e o seu mundo das idéias. Tal concepção traria consigo a idéia do realismo na abordagem do problema da linguagem. O significado de uma expressão lingüística seria a parcela de realidade que ela identifica no mundo, sendo a linguagem um espelho da realidade, idéia esta defendida por Wittgenstein no seu *Tractatus Logico-Philosophicus* (1921)⁴.

Se optarmos por esse tipo de abordagem, somos automaticamente levados a discutir a questão do significante e sua correspondência com a designação de uma verdade ou relação direta com seu significado. É comum sustentar que a competência semântica do falante nativo de uma língua mostra sua capacidade de julgar sentenças em sua língua nativa. Quando considerarmos que o conhecimento do significado é o conhecimento das condições de verdade, a capacidade de fazer esse tipo de julgamento pode ser explicada da seguinte forma: nós julgamos que duas sentenças são sinônimas se as suas condições de verdade puderem ser verdadeiras (ou falsas) nas mesmas circunstâncias; nós julgamos que uma sentença implica outra, se para toda circunstância em que as condições de verdade da primeira sejam verdadeiras, o mesmo aconteça com a segunda. Frente a esta possível “insuficiência do significante” somos levados a pensar na questão da metáfora no paradigma objetivista.

Na tradição da filosofia ocidental, a metáfora sempre esteve ligada à linguagem poética, nunca sendo associada ao discurso científico, pois este deveria fazer uso da razão e do literal. Este tipo de concepção é uma característica do discurso objetivista, o qual defende ser possível o alcance de uma verdade absoluta. Nesse enfoque, a linguagem seria um mero espelho da realidade objetiva e, quanto mais clara e precisa, maior sua proximidade com esta realidade.

Analisando expressões lingüísticas, Lakoff e Johnson (2002) inferiram a existência de um sistema conceptual metafórico subjacente à linguagem, que faria parte da cognição humana e, assim, seria responsável não só pela linguagem, mas teria influência direta sobre as demais atividades cognitivas humanas, inclusive sobre as representações mentais.

Essa idéia, segundo os Próprios Lakoff e Johnson, foi fruto dos estudos de Reddy (1979), que, partindo da análise de enunciados lingüísticos, postulou que, se nos comunicássemos melhor, de forma mais clara, teríamos uma sociedade menos conflituosa,

⁴ Consultar Penco (2006).

nomeando esta concepção de “metáfora do conduto”. Sob esta perspectiva, a linguagem funcionaria como um canal para a transmissão do pensamento de uma pessoa para a outra, sendo a portadora dos sentidos com os quais o falante a “preencheria”. Ao “receber” o pacote de linguagem, o ouvinte teria acesso às idéias do falante.

Mas este tipo de análise é, de certo modo, ingênuo. Imagine que você esteja conversando com o seu bisavô e, no meio da conversa, diz a seguinte frase “pois é, tenho mesmo que *deletar* esta idéia da minha cabeça”. Possivelmente, seu bisavô não estaria acostumado com computadores e, sendo assim, não entenderia o que você quis dizer com *deletar*. Se a linguagem portasse o significado, ele teria de entender, pois a palavra estava lá, foi emitida pelo falante e ele ouviu. Mas não foi o que aconteceu.

Isso coloca a “metáfora do conduto” como uma maneira simplista de entender a linguagem, desconsiderando a experiência de mundo do falante. Então, Reddy faz um alerta para esta forma “congelada” de encarar a linguagem. O que Lakoff e Johnson (2002) fizeram foi dar um tratamento mais explícito a esta metáfora do conduto, postulando as metáforas conceptuais subjacentes às expressões lingüísticas metafóricas. Eles mostraram que os enunciados analisados por Reddy seriam manifestações lingüísticas de metáforas conceptuais. Assim, as metáforas não seriam manifestadas apenas na linguagem, mas em todas as nossas ações e percepções do mundo. “A nossa linguagem revela um imenso sistema conceptual metafórico, que rege também nosso pensamento e nossa ação” (LAKOFF & JOHNSON, 2002, p.19).

5. A evolução da linguagem

Quando olhamos para as possíveis explicações do processo evolutivo da espécie humana, somos colocados frente a uma questão intrigante: como, em um período de tempo, de certa forma, curto, esta espécie conseguiu desenvolver habilidades cognitivas que lhe permitisse criar complexas formas de comunicação, inventar tecnologia no uso de ferramentas, utilizar representações simbólicas e estabelecer complexas formas de organizações e instituições sociais?

Se levarmos em conta o tempo cronológico, cerca de um quarto de milhões de anos, tais “conquistas” não seriam possíveis, pois não haveria tempo suficiente para que tanta coisa tivesse acontecido.

Então, o que ocorreu com a espécie *Homo* para que ela pudesse desenvolver tais habilidades? Tomasello (2003) sugere que, diferentemente dos outros primatas, o homem possui um diferencial que poderia ser a possível explicação para a sua evolução tão particular: a capacidade de se reconhecer em seus co-específicos, ou seja, compreender o outro como um ser igual a ele, dotado de intencionalidade e vida mental igual à dele.

Isso tornaria possível um fenômeno que Tomasello define como “efeito catraca”, que é a capacidade de armazenar conhecimento de forma cumulativa, sem que haja o resvalar para trás. Assim, o que uma vez foi inventado, permanece sendo passado de geração para geração até que seja aperfeiçoado e assim por diante. Isso só seria possível a partir do momento em que o homem viesse a ter um tipo de cognição social, que seria, portanto, proporcionada pela capacidade de se reconhecer em seu co-específico.

Essa adaptação desencadeou processos culturais que interferiram diretamente no desenvolvimento cognitivo da espécie. As habilidades cognitivas individuais passaram a ser compartilhadas e aprimoradas em grupo, dando origem a um desenvolvimento social e cultural originando novas habilidades cognitivas culturais e com dimensões sócio-coletivas. Isso explicaria a questão do tempo em que estas transformações ocorreram, uma vez que

estes processos se deram no tempo histórico (que possui dimensões diferentes das do tempo cronológico, permitindo que muitas coisas aconteçam em milhares de anos) e não no tempo evolucionário.

Uma vez imersa neste emaranhado de conhecimento construído socialmente, uma criança humana, dotada das características próprias da espécie, passa a interagir com este universo e a atuar sobre ele, internalizando o conhecimento que lhe foi apresentado e refletindo sobre ele, adquirindo, entre outros domínios, o conhecimento dos símbolos lingüísticos, que lhe permite adotar múltiplos pontos de vista sobre uma mesma situação perceptual.

Assim, a reflexão sobre o discurso do outro e a representação simultânea de diferentes situações perceptuais possíveis se tornam viáveis, uma vez que a linguagem passa a ser compartilhada num meio social composto por indivíduos dotados da capacidade de se enxergar em seus semelhantes.

“Nós somos, como Wittgenstein (1953) e Vigotski (1978) entenderam com tanta clareza, peixes na água da cultura. Enquanto adultos investigando e refletindo sobre a existência humana, não podemos tirar nossos óculos para ver o mundo de modo acultural – e então compará-lo com o mundo percebido culturalmente” (TOMASELLO, 1999, p. 301).

Um ponto que deve ser esclarecido nesta perspectiva é que o desenvolvimento das habilidades cognitivas humanas só ocorreu devido a um processo de interação social que proporcionou o aperfeiçoamento e a expansão das habilidades genéticas, atuando e modificando diretamente estas habilidades. Esses fatores genéticos foram afetados e, de certa forma, moldados pela cognição social, gerando um tipo de cognição que não pode ser entendido como inato, pois resulta da interação com o meio e seus co-específicos.

Conclusão

A busca de um modelo teórico que dê conta de questões relacionadas à cognição humana sempre foi uma investida ambiciosa e, desde os primeiros questionamentos sobre a origem do saber, controversa. Os modelos teóricos objetivistas, embora arriscadamente atraentes, nunca se aplicaram bem às ciências humanas como aos outros campos do saber. A aproximação entre cognição, linguagem, pensamento e ciências naturais nunca pôde compartilhar da mesma lógica e, portanto, tratar tais objetos de estudo com a mesma epistemologia pode não ser a maneira mais produtiva de se chegar a resultados satisfatórios.

Referências bibliográficas

- BORGES NETO, J. *Ensaio de Filosofia da Lingüística*. SP: Parábola Editorial, 2004.
- CHOMSKY, N. Aspectos da teoria da sintaxe In: *Os Pensadores*. Civita, V. (Ed.). São Paulo: Abril Cultural, 1965. p. 233-286.
- Chomsky, N. (1957). *Syntactic Structures*. The Hauge: Mouton.
- FERRARI, L. V. A Lingüística Cognitiva e o realismo corporificado: implicações filosóficas e psicológicas. In: *Veredas*. Juiz de Fora: EDUFJF, n.9, 2001, p. 23 – 29.
- FROUFE, M. *El Inconsciente Cognitivo: La cara oculta de la mente*. Madrid: Editorial Biblioteca Nueva, 1997.
- GARDNER, H. *A Nova Ciência da Mente: uma breve história da revolução cognitiva*. SP: EDUSP, 1995.

HAUSER, M., CHOMSKY, N. & FITCH, W. T. The Faculty of Language: what is it, who has it, and how did it evolve? *Science*, 298, 1569-1579, 2002

LAKOFF, G. & JOHNSON, M. *Metáforas da Vida Cotidiana*. SP: EDUC, 2002.

NEGRÃO, E., SCHER, A. & VIOTTI, E. A competência Lingüística. In: *Introdução à Lingüística*. FIORIN L. F. (org). 2. SP: Contexto, 2003.

PENCO, C. *Introdução à Filosofia da Linguagem*. RJ: Vozes, 2006.

REDDY, M. J. M., 1979. The conduit metaphor - a case of frame conflict in our language about language. In: *Metaphor and Thought* (A. Ortony, ed.), pp. 284-291, Cambridge: Cambridge University Press.

SCARPA, Ester Mirian. *Aquisição da linguagem*. In: MUSSALIM, Fernanda; BENTES, Ana Cristina. *Introdução à lingüística: domínios e fronteiras*. São Paulo: Cortez, 2001. v.2.

SCHULTZ, P.S. & SCHULTZ, S.E. *História da Psicologia Moderna*, Cultrix. S.P., 1992.

TOMASELLO, *Origens Culturais do Conhecimento Humano*. São Paulo: Martins Fontes, 2003.

WEDWOOD, B. *História Concisa da Lingüística*. SP: Parábola Editorial, 2003.